

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL
CURSO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL – LICENCIATURA PLENA

Angela da Silva Burmann

**A FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE EDUCAÇÃO ESPECIAL E A
INCLUSÃO DE ALUNOS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO
AUTISTA: ALGUMAS REFLEXÕES**

Santa Maria, RS
2017

Angela da Silva Burmann

**A FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE EDUCAÇÃO ESPECIAL E A INCLUSÃO
DE ALUNOS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA: ALGUMAS
REFLEXÕES**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Educação
Especial – Licenciatura Plena, da
Universidade Federal de Santa Maria
(UFSM, RS), como requisito parcial para
obtenção do grau de **Licenciada em
Educação Especial.**

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Marcia Doralina Alves

Santa Maria, RS
2017

Angela da Silva Burmann

**A FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE EDUCAÇÃO ESPECIAL E A INCLUSÃO
DE ALUNOS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA: ALGUMAS
REFLEXÕES**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Educação Especial – Licenciatura Plena, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do grau de **Licenciada em Educação Especial.**

Aprovado em 12 de janeiro de 2017:

Prof.^a Dr.^a Marcia Doralina Alves (UFSM)
(Presidente/Orientadora)

Prof.^a Dr.^a Taís Guareschi

Prof.^a Esp. Betânia Marques de Moraes

Santa Maria, RS
2017

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar agradeço a Deus, por me dar saúde e capacidade de continuar apesar das dificuldades no caminho.

Um agradecimento especial à pessoa que foi responsável por eu estar agora me formando, um filho do coração, Willian Boessio e toda sua família - à Laura pelas descobertas e ao Leoni pelo apoio com material.

Ao meu marido Moises e minhas filhas Leticia e Larissa pela parceria e paciência nas minhas ausências, e ao meu irmão Frederico Rengel da Silva, *in memoriam*, pela primeira sementinha de voltar a estudar que me deixou.

À colega sempre presente, Andressa Makoski Machado, por me aturar de madrugada quando mesmo cansada olhava meus escritos para opinar, sempre colaborando com algumas críticas construtivas ou elogios carinhosos e encorajadores.

A minha orientadora Marcia Doralina Alves que conseguiu com toda a paciência me entender e tornar possível a conclusão deste TCC.

Jamais deixaria de agradecer a alguns professores que passaram na minha vida acadêmica, em especial ao Prof. Damilano Padilha e também à Prof.^a Fabiane Costas, sendo esta aquela que, no primeiro semestre, quando zerei minha primeira avaliação me fez ver que cada pessoa aprende de um jeito próprio e isto fez a diferença, para toda a vida sempre vou lembrar disso quando olhar para um aluno.

Um agradecimento àqueles que não foram citados aqui, mas que têm conhecimento que foram e são importantes em minha vida.

RESUMO

A FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE EDUCAÇÃO ESPECIAL E A INCLUSÃO DE ALUNOS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA: ALGUMAS REFLEXÕES

AUTORA: Angela da Silva Burmann
ORIENTADORA: Prof^ª. Dr^ª. Marcia Doralina Alves

A partir da publicação da Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva (2008), o sujeito com Transtorno do Espectro Autista - TEA ganhou mais visibilidade, ou seja, novos campos de discussão foram sendo criados e esse sujeito passou a ocupar um lugar específico nas escolas e no discurso contemporâneo. Tendo em vista esse cenário e buscando contribuir com a área da Educação Especial no que tange a formação de professores e os alunos com TEA, este estudo refere-se a um trabalho de conclusão do Curso de Licenciatura em Educação Especial - Diurno da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Constitui-se como uma pesquisa bibliográfica, tendo como baliza a seguinte pergunta: que saberes constituem a prática pedagógica dos professores de Educação Especial que trabalham com alunos com autismo nas escolas regulares? Para tanto, o objetivo deste trabalho é discutir sobre a formação de professores de Educação Especial e o desafio de trabalhar com alunos com TEA na perspectiva da educação inclusiva. Desse modo o presente estudo buscou contribuir com questionamentos sobre o ofício docente, possibilitando a produção de saberes na área da Educação Especial, inspirando profissionais e demais pessoas envolvidas com a temática da formação de professores.

Palavras-chave: Formação de professores. Autismo. Inclusão.

ABSTRACT

TRAINING TEACHERS OF SPECIAL EDUCATION AND THE INCLUSION OF STUDENTS WITH AUTISTIC SPECTRUM DISORDER: A REFLECTION

AUTHOR: Angela da Silva Burmann
ADVISER: Prof. Dr. Marcia Alves Doralina

Since the National Policy on Special Education from the perspective of Inclusive Education's publication (2008), people with Autistic Spectrum Disorder - ASD - received more visibility, that is, new discussion fields were been created, and this people came to occupy a particular space in schools and in contemporary discourse. Given this scenario and seeking to contribute to the field of Special Education, regarding the training of teachers and students with ASD, this study refers to a License Degree's final work in Special Education's - Federal University of Santa Maria (UFSM). It works as a bibliographic research, with the main goal in the following question: what sort of knowledge bonds the pedagogical practice of special education teachers who work with students with autism in regular schools? Therefore, the objective of this work is to discuss the training of special education teachers and the challenge of working with students with ASD in the perspective of inclusive education. Thus the present study sought to contribute with questions about the teaching profession, enabling the production of knowledge in the field of Special Education, inspiring practitioners and other people involved with the theme of teacher training.

Key words: Teacher training. Autism. Inclusion.

SUMÁRIO

1 APRESENTAÇÃO	7
2 OBJETIVOS	9
2.1 OBJETIVO GERAL	9
2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS	9
3 METODOLOGIA	10
4 REVISÃO DE LITERATURA	11
4.1 POLÍTICAS PÚBLICAS E O ALUNO COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA	11
4.2 BREVE HISTÓRICO DOS PRIMEIROS ESTUDOS SOBRE O AUTISMO	18
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	21

1 APRESENTAÇÃO

A proposta deste trabalho surgiu em função dos diferentes momentos vividos durante o percurso acadêmico no curso de Educação Especial – Diurno da Universidade Federal de Santa Maria/RS.

Durante os anos de graduação surgiram algumas questões que constantemente faziam-me pensar sobre a formação de professores e sua relação com alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA). Primeiramente, me perguntava sobre quem é esse sujeito com TEA, quais suas especificidades e, principalmente, como trabalhar com pessoas tão singulares. Tais inquietações tornaram-se constantes e as dúvidas a respeito do universo desses sujeitos passaram a ser meu foco de preocupação e, por consequência, converteram-se também no desejo de aprofundar-me mais sobre tal temática.

Outro aspecto que justifica esse estudo é o que diz respeito ao currículo do curso de Educação Especial. Questionava-me enquanto aluna sobre o referencial teórico e estratégias pedagógicas que embasavam as disciplinas que dariam suporte ao nosso aprendizado. Inúmeras vezes busquei respaldo teórico na grade curricular do curso e encontrei poucos fragmentos. Quero deixar claro que, apesar de tais questionamentos, esse não é o objetivo desse estudo. Trazer à tona questões curriculares que envolvem o curso poderá produzir efeitos interrogativos, sim, pois é mais um ponto de embate que nos ajudará a pensar em uma futura grade curricular com um aporte teórico sólido e estratégias pedagógicas condizentes para o trabalho com esses alunos.

Reitero, ainda, mais uma vez que perguntar sobre os meandros que perpassam a grade curricular do curso de Educação Especial não é o meu objetivo, porém, diante do lugar em que me encontro não poderia deixar de interrogar: que transmissão está sendo feita no curso quando se trata de formar professores para trabalharem com alunos com autismo? Tomo esse questionamento como efeito do que me constituiu ao longo da minha formação, como algo que está à espera, um significante que poderá fazer laços futuros com a prática pedagógica que desenvolverei junto aos alunos com autismo.

Em diferentes momentos da minha formação enquanto discente percebi que os colegas de turma também tinham dúvidas sobre como trabalhariam com esses

alunos, uma vez que a formação recebida no curso era restrita. Diante de tal realidade acadêmica e pensando na futura profissão como professora de Educação Especial que serei, pergunto-me: que saberes constituem a prática pedagógica dos professores de Educação Especial que trabalham com alunos com autismo nas escolas regulares?

Diante do exposto, o objetivo deste trabalho, por fim, é discutir sobre a formação de professores de Educação Especial e o desafio de trabalhar com alunos com autismo na perspectiva da educação inclusiva. Para tanto, busquei subsídios teóricos, no fascículo “A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar: Transtornos Globais do Desenvolvimento” desenvolvido pelo Ministério da Educação (MEC) em 2010. Tal documento tem como meta contribuir para o desenvolvimento de práticas inclusivas na educação escolar de alunos com Transtornos Globais do Desenvolvimento (TGD), bem como, disponibiliza subsídios teóricos necessários à compreensão do transtorno numa perspectiva de interface com a educação escolar (BRASIL, 2010, p. 07).

Saliento ainda que, para efeitos desse estudo, quando me dirigir aos alunos com autismo, usarei a nomenclatura alunos com Transtorno do Espectro Autista, conforme o DSM-5 (2013) 1, por entender que essa terminologia é atual e corrente, apesar de ainda hoje constar na Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva (2008) o termo "Transtorno Global do Desenvolvimento".

¹Este termo faz referência a um espectro de desordem autística: o sujeito apresenta respostas inconscientes aos estímulos, dificuldades no relacionamento interpessoal, presença de estereotípias e distúrbios da comunicação. Conforme a formação profissional, alguns autores poderão substituir o termo TEA por Autismo ou Transtornos Globais do Desenvolvimento (TGD). Como apresentarei no decorrer dessa seção, de acordo com a nova classificação do Manual Estatístico e Diagnóstico de Distúrbios Mentais - DSM-5 (2013), o termo TGD foi substituído por Transtornos do Espectro Autista-TEA.

2 OBJETIVOS

2.1 OBJETIVO GERAL

Tem-se por objetivo principal conhecer quais argumentos teóricos permeiam a proposta de formação de professores de Educação Especial para trabalharem com alunos com Transtorno do Espectro Autista no ensino regular.

2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Investigar sobre a temática em questão, apontando alguns caminhos para o trabalho do educador especial no que tange a inclusão de alunos com autismo;
- Ampliar a construção do conhecimento acerca da formação de professores e o autismo;
- Inspirar reflexões sobre o autismo e a formação de professores, a fim de estimular novas pesquisas nessa área.

3 METODOLOGIA

A presente pesquisa busca estudar a formação de professores de Educação Especial para trabalharem junto a alunos com Transtorno do Espectro Autista no ensino regular. Esse estudo visa contribuir com a produção do conhecimento na área da Educação Especial, no sentido de fornecer subsídios aos profissionais envolvidos na prática pedagógica de tais alunos.

Nesse sentido o estudo constitui-se como uma pesquisa bibliográfica, apontando alguns referenciais teóricos que subsidiarão a temática em questão, a saber, a formação de professores de Educação Especial e a inclusão de alunos com Transtorno do Espectro Autista.

Desse modo, a pesquisa bibliográfica:

(...) é elaborada como propósito de fornecer fundamentação teórica ao trabalho, bem como a identificação do estágio atual do conhecimento referente ao tema. (GIL, 2010).

Assim, essa pesquisa buscou ser o mais fiel possível aos achados bibliográficos a respeito da temática abordada, objetivando um retrato fidedigno da formação de professores no campo da Educação Especial, tendo como horizonte o trabalho com alunos com Transtorno do Espectro Autista.

4 REVISÃO DE LITERATURA

4.1 POLÍTICAS PÚBLICAS E O ALUNO COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA

A partir da publicação da Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva (2008), o sujeito com Transtorno do Espectro Autista ganhou mais visibilidade, ou seja, novos campos de discussão foram sendo criados e esse sujeito passou a ocupar um lugar específico nas escolas e no discurso contemporâneo. Esse cenário nacional se amplia a cada ano quando as matrículas de alunos com necessidades educacionais no ensino regular tomam volume, mostrando que a educação inclusiva é um grande passo a ser dado na direção de uma escola que verdadeiramente seria para todos.

Como foi dito na seção de apresentação desse estudo, busquei contribuições teóricas no documento “A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar: Transtornos Globais do Desenvolvimento” publicado pelo MEC em 2010. Durante a leitura do referido, percebi que, embora o material esclareça muitos aspectos comportamentais presentes no sujeito com autismo, poucas são as orientações para que o profissional possa proporcionar um melhor desenvolvimento do sujeito.

Ainda durante a análise do documento, encontrei poucas informações referentes às práticas a serem realizadas na escola. Na seção que trata das estratégias que propiciam a formação e a aprendizagem da criança com Transtorno Global do Desenvolvimento, é possível perceber a importância de estratégias de intervenção como o recurso de apoio visual tanto para a comunicação quanto para a antecipação da rotina. Porém, sabemos que o aluno autista demonstra uma demanda muito mais abrangente.

É necessário salientar que não tenho a pretensão de prescrever técnicas ou métodos de ensino para esses alunos, mas, sim, pontuar uma parte das minhas preocupações e questionamentos, sendo que sempre tive interesse pela área em questão. Dessa maneira, entendendo que existam outros profissionais da área ou de áreas afins que possuem as mesmas dúvidas, percebi que seria uma oportunidade de ampliar ideias e discutir a formação que deveria nos preparar para o trabalho com sujeitos com autismo. Esses alunos precisam de educadores dedicados e capacitados para o seu pleno desenvolvimento.

Conforme a Declaração de Salamanca (1994, p.1), “aqueles com necessidades educacionais especiais devem ter acesso à escola regular, que deveria acomodá-los dentro de uma pedagogia centrada na criança, capaz de satisfazer a tais necessidades”, e, além disso, as “escolas devem buscar formas de educar tais crianças bem-sucedidamente, incluindo aquelas que possuam desvantagens severas” (p.3).

A partir desta declaração, entende-se como necessária a mudança na maneira como cada aluno, com suas diferenças, é atendido. Até onde compreendemos, a educação deve ser plena e de qualidade para todos, como assegura a lei. Surgem a partir deste momento, várias discussões que enriquecem cada vez mais a educação inclusiva no Brasil, propiciando a construção de um sistema educacional mais voltado para o desenvolvimento do cidadão em fase escolar.

No que diz respeito ao profissional da área da educação, é imprescindível que este não fique estagnado, ou seja, deve-se sempre buscar aperfeiçoamento constante (por exemplo, através de cursos de pós-graduação) a fim de ampliar horizontes e conhecimentos acerca do tema, bem como melhorar seu desempenho profissional diário. Nesse sentido, a nota técnica nº24/2013 é esclarecedora:

A formação dos Profissionais da educação possibilitará a construção de conhecimento para práticas educacionais que propiciem o desenvolvimento sócio educativo cognitivo dos estudantes com transtorno do espectro autista. Nessa perspectiva, a formação inicial e continuada deve subsidiar os profissionais [...]. (p. 2).

A citação acima reforça a necessidade da preparação do professor para trabalhar com o aluno com autismo ao sugerir uma prática pedagógica diversificada, tendo em vista que esses alunos poderão apresentar dificuldades em algumas áreas do desenvolvimento, exigindo do professor um conhecimento pontual sobre como esses alunos pensam e sentem o mundo a sua volta. Sendo assim, é extremamente necessária uma política de formação contínua de professores a fim de que esses profissionais possam falar de seus (não) saberes a respeito da escolarização desses alunos. Diante disso, as instituições de ensino superior possuem uma grande parcela de responsabilidade nesse processo, uma vez que são responsáveis pela formação dos educadores que trabalham com a educação inclusiva. Para tanto, faz-

se necessário que os processos de reformulação dos currículos sejam uma constante nestas instituições.

É fundamental chamar a atenção para as formações por instituições superiores, pois estas devem ser repensadas, uma vez que a educação na perspectiva inclusiva lida com a diversidade e o professor de Educação Especial tem como seu público-alvo, neste caso específico, os alunos com Transtornos Globais do Desenvolvimento.

Nos cursos de Educação Especial é fácil notar nas grades curriculares as disciplinas que esclarecem sobre deficiência mental, surdez e dificuldade de aprendizagem, porém, deixam a desejar quando o assunto é autismo. E esta não é uma precariedade que fiz respeito apenas aos cursos superiores, mas também aos cursos de especialização. Sendo assim, fazem-se necessários mais especialistas frente à demanda específica do autismo.

Nesse segmento ainda, por notar-se que a formação na área do autismo oferecida pela academia deixa uma lacuna faltando, é necessário que o profissional tenha um interesse maior e busque cursos de formação continuada, para, então, ter chance de aumentar seus conhecimentos e aperfeiçoar suas práticas, evitando assim de ter uma formação superficial, e por consequência, prestar atendimento insuficiente na área de atuação. Sobre este tipo de formação, ainda, Nóvoa (1995, p. 25) nos esclarece que:

A formação não se constrói por acumulação (de cursos, de conhecimentos ou de técnicas), mas sim através de um trabalho de reflexividade crítica sobre as práticas e de (re) construção permanente de uma identidade pessoal. Por isso é tão importante investir a pessoa e dar um estatuto ao saber da experiência [...]. Práticas de formação que tomem como referência as dimensões coletivas contribuem para a emancipação profissional e para a consolidação de uma profissão que é autônoma na produção dos seus saberes e dos seus valores.

Assim, é de extrema importância para os professores cursos que oferecem espaço para discussões sobre suas práticas e novos métodos de ensino. Desse modo, disseminarão novas práticas pedagógicas e os professores passarão a conhecer outras estratégias de trabalho.

Consequentemente, estaremos pensando na formação desse profissional que irá atuar diretamente com sujeitos únicos, singulares, como os alunos com autismo.

Quando este professor estiver inserido no ambiente escolar sentirá a necessidade de procurar e pesquisar mais, pois verá que o que trouxe na sua formação não supre suas dificuldades frente a esta nova realidade.

Para tanto, a formação deste profissional é extremamente importante, pois dentro da escola vai se deparar com diferentes tipos de deficiências, independentemente de onde atuará, e é neste momento que o professor vai usar sua bagagem acadêmica para desenvolver as habilidades do aluno com o conhecimento que deveria ter adquirido durante seu processo de formação.

Atualmente, há inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais em classes regulares, e nesse sentido, é imprescindível que todo professor de Educação Especial tenha conhecimentos acerca de todas as deficiências e limitações de seus portadores. Porém, é claro que para tanto, seria necessário um tempo maior durante a formação acadêmica, pois, no que diz respeito ao autismo, tal preparo acadêmico é ainda superficial.

Ultimamente, muitos estudos sobre este assunto estão em pauta – principalmente, no que se refere à preparação do educador em formação para atuar nessa área. Assim, se o professor está capacitado não terá dificuldades, uma vez que o profissional trará consigo uma base teórica, permitindo as adaptações necessárias para que cada aluno desenvolva o máximo de suas habilidades e potencialidades. Dessa forma, seu potencial será reforçado e sua inclusão garantida, mas se isso acontecer de maneira contrária poderá pôr tudo a perder e, em vez de progredir, o aluno pode vir a estagnar, desenvolvendo lacunas no seu processo de aprendizado, além de criar uma barreira com danos para o processo de desenvolvimento.

Já consta na lei nº 12.764/2012, e é fortalecido com a nota técnica nº 24, que o aluno deve ser visto como único e, também prevê que conste no projeto político pedagógico o que deverá ser contemplado para o pleno desenvolvimento do estudante com Transtorno do Espectro Autista:

A identificação das habilidades e necessidades educacionais específicas; a definição e a organização das estratégias, serviços e recursos pedagógicos e de acessibilidades; o tipo de atendimento conforme as necessidades de cada estudante; o cronograma do atendimento e a carga horária, individual ou em pequenos grupos.

Como sabemos, é na escola que uma criança vai desenvolver suas habilidades, de acordo com as oportunidades que serão oferecidas a ela; isto é, se bem estimulada no tempo correto irá evoluir e tornar-se-á um cidadão consciente de suas responsabilidades sociais, além de também garantir seu equilíbrio emocional e desenvolver plenamente suas competências.

Por isso, a inclusão torna-se muito importante, pois se o aluno está incluído de forma plena, com todos empenhados e capacitados em prol deste fim, o aluno, apesar de suas limitações, pode alcançar uma evolução notável e positiva.

Quando falamos em inclusão, é importante que abordemos a Política Nacional da Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva (2008, p.14), que:

Tem como objetivo assegurar a inclusão escolar de alunos com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades/ superdotação, orientando os sistemas de ensino para garantir acesso ao ensino regular, com participação, aprendizagem e continuidade nos níveis mais elevados do ensino.

A política garante para que, especificamente, os alunos com TGD sejam atendidos com todos os requisitos que diz a lei (PNEE), e também que além da inclusão em sala de aula haja uma proposta adequada de aprendizagem. Assim, o aluno especial deve sentir-se parte do contexto em que está inserido, participando de todas as atividades propostas para a turma. Nesse sentido, é importante que o professor também adapte o conteúdo para toda turma, e não somente para o aluno com TGP; porém, para tanto, é necessário que o educador tenha capacitação e conhecimento.

Infelizmente, na maioria das vezes, em salas de aula regulares, o professor nem percebe que o conteúdo para o sujeito com autismo torna-se cansativo e desinteressante. E assim, nota-se o despreparo do profissional que está atuando – todavia, se este estiver em contínua formação, as possibilidades de perceber tal situação e contorna-la será maior e o aluno poderá ser inserido no contexto escolar em maiores danos. Todavia, além da formação acadêmica, salienta-se que é necessário trabalho conjunto, em especial com a família do aluno, a fim de conhecê-lo melhor e atender suas necessidades e anseios mais facilmente. Bem como,

assim, os planejamentos irão tornar-se mais fáceis, precisos e adequados à realidade do aluno.

Após leituras sobre o assunto, percebi que existem alguns estudos já feitos e publicados que abordam a questão da formação de professores em educação especial, mas poucos destes falam sobre a formação para atuar com sujeitos com autismo. Ainda é pouco para a atual situação inclusiva. Desde 2001, com as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (BRASIL, 2001), a temática da formação de professores vem sendo apresentada:

Art. 2º São considerados professores especializados em educação especial aqueles que desenvolveram competências para identificar as necessidades educacionais especiais para definir, implementar, liderar e apoiar a implementação de estratégias de flexibilização, adaptação curricular, procedimentos didáticos pedagógicos e práticas alternativas, adequadas ao atendimento das mesmas, bem como trabalhar em equipe, assistindo o professor de classe comum nas práticas que são necessárias para promover a inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais.

A partir desta definição a capacitação do professor de educação especial vem sendo muito debatida. Também é enfatizada a importância da prática docente, e como este professor deve ser se especialista ou capacitado. Mas uma coisa é unânime, todos afirmam que o professor deve estar capacitado para trabalhar com todos os tipos de alunos com necessidades educacionais especiais, em todos os níveis e em todas as modalidades de ensino. Autores como Silveira Bueno; Marín (2011) são categóricos ao pontuar que:

Entre todas essas questões, enfatiza-se a questão da prática docente, à medida que a maioria dos professores do ensino regular não possuem preparo mínimo para trabalhar com crianças que apresentassem deficiências evidentes, assim como grande parte dos professores do ensino especial tinha muito pouco a contribuir com o trabalho pedagógico desenvolvido no ensino regular [...].

Sempre que o assunto é formação, não está em foco um professor especialista em uma área, mas a preparação para atender sempre em todas as etapas e níveis, o que dá uma abrangência muito grande, e por isso, acaba por ficar bastante superficial. Então, percebi que ainda não se fala sobre uma formação específica para o Educador Especial. Ainda que seja sugerido por alguns autores,

muitos não concordam, pois estamos em pleno processo de inclusão e, portanto, seria uma maneira de exclusão especializar um professor em uma só área. Ainda assim, é necessário especificar mais o que seria essa especialização, pois pode ser muito abrangente e corre o risco de ficar numa certa superficialidade, pois:

O desenvolvimento de estudos no campo da educação e dos direitos humanos vêm modificando os conceitos, as legislações, as práticas educacionais e de gestão, indicando a necessidade de se promover uma reestruturação das escolas de ensino regular e da educação especial. (BRASIL, 2008, p.9).

Este é um assunto que abrange uma gama enorme de discussão, mas segundo informações, no site da Secretaria de Educação Especial de São Paulo (SEESP) e no Programa de Educação Inclusiva (PEI-DD) – percebe-se que muitos estados Brasileiros se preocupam em fornecer a formação adequada aos docentes da rede pública, como em São Paulo onde se desenvolveu o programa Educação Inclusiva: direito à diversidade. Segundo eles, o objetivo consiste em:

(...) promover a formação continuada de gestores e educadores das redes estaduais e municipais de ensino para que sejam capazes de oferecer Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva. O objetivo é que as redes atendam com qualidade e incluam nas classes comuns do ensino regular os alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação (...). (SEESP/MEC, 2009b).

É neste contexto de mudança que estamos sempre esperando que venham inovações e ampliem-se horizontes diante da perspectiva inclusiva, porém, não se pode ficar estagnado com uma formação inicial que deixa a desejar. Infelizmente, os currículos dos cursos superiores estão precisando de atualizações, pois vamos atuar com uma perspectiva inclusiva. Para tanto, o professor precisa de atualização porque o seu público alvo está inserido no universo da escola regular e precisa de uma educação de qualidade e que potencialize suas habilidades para torná-lo incluído realmente.

4.2 BREVE HISTÓRICO DOS PRIMEIROS ESTUDOS SOBRE O AUTISMO

O primeiro teórico a usar a nomenclatura autismo foi Bleuler em 1911. Leo Kanner, em 1938, já falava o quanto era interessante estudar o autismo, este descrevia como característica principal a falta de contato com a realidade e a impossibilidade de comunicação. Em 1943, escreveu um artigo sobre “Os transtornos autistas do contato afetivo”.

Hans Asperger, em 1944, sem conhecer Kanner, publicou um estudo com alguns pacientes que observou nomeando o autismo como “A psicopatia autista na infância”. Na década de 60, o autismo chegou a ser considerado “Transtorno emocional”. Pensavam, na época, que seria falta de contato com as mães/ou pais porque as crianças eram criadas por amas, e com isso, sem afeto de suas mães. Porém, após alguns anos, na década de 70, o termo autismo possuía uma tabela de características variadas sem um consenso entre os especialistas e era, em alguns casos, confundido com a esquizofrenia.

Todavia, Kanner aprofundou mais seu estudo e considerou algumas características como secundárias e, assim, resumiu as características que realmente interessavam para o estudo do autismo. A partir desta pesquisa, verificou as dificuldades de interação social, comunicação e linguagem. E somente então, o autismo passa a ser chamado transtorno do desenvolvimento, e logo depois, Transtorno Global (ou Invasivo) do Desenvolvimento.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao término deste trabalho posso dizer que, ao começar a pesquisa esperava esclarecer certas preocupações que florescem durante a graduação em Educação Especial. Por exemplo: estamos capacitados para trabalhar com alunos com autismo?

Ao longo das leituras percebi que pouco se fala deste assunto, existem pesquisas sobre formação de professores em educação especial, porém, de uma forma geral, mas quase nada específico sobre como trabalhar com alunos com autismo. Formação esta que vem sendo discutida com maior ênfase depois das políticas inclusivas.

A fala que guardo na memória, de que “cada aluno é único”, ouvida durante o período acadêmico, influenciará nosso olhar para com esse aluno. Tenho a certeza que vai ser com a prática e dedicação a cada aluno que nos for confiado que aperfeiçoaremos nosso conhecimento. Não existe uma fórmula pronta de como trabalhar com cada aluno. Assim, concluo que a formação continuada e a pesquisa sempre farão parte da vida do professor, seja qual for sua área de atuação.

Cada aluno trará consigo necessidades específicas e a prática irá superar a teoria. É no dia a dia que vamos descobrir quais as necessidades de cada aluno, e, então, a formação continuada dará o suporte que o professor precisará para o pleno desenvolvimento de seu aluno.

De acordo com todas as pesquisas que fiz acredito que sem a formação continuada será difícil um professor estar capacitado só com um curso de licenciatura, pois nada substitui a prática. Mas ainda acho que seria mais fácil se no início do curso tivéssemos mais conhecimentos sobre o autismo.

Minha intenção ao optar pelo tema Autismo e Formação de Professores foi mostrar que os acadêmicos de Educação Especial ao se depararem com um aluno com autismo, se dão conta de que sua formação nessa área foi escassa e que não terão como enfrentar um trabalho cuja formação só lhe deu alguma teoria e pouca prática. Nesse sentido é preponderante que saibamos realmente quais são as necessidades de cada aluno no dia a dia de uma escola inclusiva.

Acredito que este trabalho foi só mais um, de muitos que ainda surgirão. Sendo assim, desejo que outros pesquisadores se envolvam com a temática do

autismo, ampliando nossos conhecimentos sobre práticas pedagógicas e formação de professores.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSOCIAÇÃO AMERICANA DE PSIQUIATRIA. DSM-5. **Manual diagnóstico e estatístico mentais**. Tradução: Maria Inês Corrêa Nascimento, et al. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.

BRASIL. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial. Declaração de Salamanca, Brasília: MEC/ SEESP, 1994, Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>>. Acesso em: 18 abr. 2016.

_____. Nota Técnica nº24/2013/MEC/SECADI/DPE. Orientação aos Sistemas de Ensino para a implementação da Lei nº 12.764/2012. Brasília: MEC/SECADI/DPEE, 2013b.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

_____. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução CNE/CNB nº2, de 11 de setembro de 2001, Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Brasília, DF, 2001. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0201.pdf>>. Acesso em 12. jun. 2016.

_____. Resolução CNE/CEB Nº 2, de 11 de setembro de 2001. Ministério da Educação. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0201.pdf>>. Acesso em: 27. mai. 2016.

_____. Formação em Educação Inclusiva. Brasília: SEESP/MEC, 2009b. Ministério da Educação. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/educacao-inclusiva>. Acesso em: 28. maio. 2016.

FERREIRA, José Belisário Filho. **A educação especial na perspectiva da inclusão escolar: transtornos globais do desenvolvimento**. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. [Fortaleza]: Universidade Federal do Ceará, 2010. v. 9. (Coleção A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar) ISBN

Coleção 978-85-60331-29-1 (obra compl.).

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2010, p. 29-30.

NÓVOA, António (Coord.). **Os professores e sua formação**. Lisboa: Dom Quixote, 1995.

SCHWARTZMANN, José Salomão; ARAÚJO, Ceres Alves de. **Transtornos do Espectro do Autismo - TEA** . São Paulo: Memmon, 2011.